

Proposta	Eixo
Certificar os empreendimentos socioeconômicos, tendo como parte do processo de forma ativa, mulheres, jovens e líderes comunitários, fomentando oportunidades de desenvolvimento socioeconômico alinhado a conservação ambiental, bem como, garantir incentivos fiscais para os produtos e serviços que contribuem com a conservação ambiental e transição energética de onde estão inseridos.	1
Fortalecimento da fiscalização municipal por meio da aquisição de equipamentos e capacitação de equipes técnicas e de produtores rurais, com o objetivo de tornar a fiscalização ambiental mais efetiva, prevenindo queimadas e outros danos ao meio ambiente, e promovendo a exploração sustentável dos recursos naturais, dando ênfase ao turismo sustentável	1
Desburocratizar o acesso a programas diversos, tais como crédito de carbono, mapeamento e restauração de áreas degradadas, serviços ambientais, entre outros, para municípios de porte 1 e 2, conforme o censo demográfico do IBGE 2022.	1
Garantir através de políticas públicas a cobertura vegetal das áreas urbanas através de criação de parques municipais urbanos, do cumprimento do código florestal brasileiro, no que versa sobre as áreas de preservação permanente urbanas e, ainda, garantindo que os projetos de loteamentos urbano sejam precedidos de um inventário florestal, com a manutenção dos espécimes arbóreos existentes	1
Garantir, durante o processo de licenciamento ambiental, formação profissional continuada de todos os níveis às populações diretamente atingidas e comunidades tradicionais e de forma mais abrangente à população amapaense para absorção de mão de obra local.	2
Fomentar a exploração do petróleo e gás na margem equatorial de maneira sustentável para financiar a transição energética justa e ecológica e desenvolvimento em bases sustentáveis em larga escala, garantindo as medidas compensatórias e uma repartição justa respeitando as comunidades tradicionais.	2
Criar auxílio financeiro e estrutural (federal, estadual e municipal), com maquinário e insumos, para auxiliar agricultores familiares que tiverem suas produções afetadas por eventos extremos, impactando sua renda e os colocando em situação de vulnerabilidade, garantindo segurança econômica e estrutural.	2
Criar plano nacional, estadual e municipal de infraestruturas adaptativas para áreas de habitações consolidadas e em risco, com foco em bioengenharia e uso de materiais de baixo impacto para manutenção de habitação e prevenção de desastres ambientais.	2
Criar e implementar políticas públicas que fomentem novos modelos tecnológicos, com incentivos a tecnologias verdes, independente da escala de negócios, na produção agrícola (ex.: rotação de cultura, agrofloresta, criação de microindústrias para produção, etc), incluindo logística de escoamento, comercialização, valorizando a cultura local.	3
Garantir o acesso gratuito a sistema de energia fotovoltaica em programas habitacionais, bem como a comunidades tradicionais que ainda utilizam energia à base de diesel (geradores), a fim de promover a sustentabilidade a pessoas em vulnerabilidade social, fortalecendo e incentivando a utilização de energia limpa.	3
Fortalecer a resiliência de comunidades ribeirinhas e urbanas por meio de infraestrutura adaptativa e sustentável, reduzindo riscos climáticos, implementando projetos de manejo sustentável em unidades de conservação, promovendo emprego e renda para as comunidades locais e remanescentes, priorizando tecnologias resilientes e saneamento básico.	3

Criar e implementar por meio do poder público tripartite o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos para promoção da economia circular na zona urbana e rural (assentamentos e comunidades tradicionais), fortalecendo a logística reversa e a criação de cooperativas de reciclagem baseado na ODS 12 com a efetivação da política nacional de resíduos sólidos.	3
Fomentar a criação de estratégias para regulamentar a profissão de guarda-parque e guarda-florestal, garantindo a formação continuada e infraestrutura adequada para o trabalho, pelo papel essencial que desempenham na proteção do meio ambiente.	4
Desburocratizar o acesso ao crédito de carbono em áreas protegidas, reserva legal, particulares, garantindo direitos, protagonismos de comunidade e povos tradicionais, garantindo a preservação dos saberes e tradições ancestrais, facilitando o acesso a recursos e promovendo o desenvolvimento sustentável, com royalties e valorização de créditos de carbono gerados, fortalecendo a gestão dessas áreas	4
Fomentar a construção de um sistema de abastecimento de água, para comunidades mais afetadas pela estiagem, através das esferas federal, estadual e municipal	4
Desenvolver políticas públicas focadas nos impactos psicológicos, protegendo e assistindo as populações vulneráveis, valorizando os guarda-parques e a juventude. Garantindo formação continuada com a criação de plano integrado de educação, fortalecendo lideranças populares, além de proteção de pessoas que atuam como defensores socioambientais em mudanças climáticas, tudo, para a promoção da justiça	4
Garantir recursos governamentais e não governamentais, para a iniciação técnico e científica, abordando questões relevantes para a vida pessoal e coletiva, qualificando, capacitando, valorizando saberes, envolvendo as instituições de ensino, os entes federativos, sociedade civil organizada e o setor empresarial, com isenção fiscal para os entes não governamentais.	5
Criar fórum permanente de meio ambiente, para a realização de conferências bienais de educação ambiental formal e não formal (comunidades tradicionais, povos originários, assentados da reforma agrária e agricultores familiares), respeitando as características locais, com acesso aos recursos financeiros para projetos que promovam a educação ambiental com foco em práticas sustentáveis. (Governança)	5
Realização de campanhas anuais de educação ambiental em espaços formais (escolas) e não formais (comunidades), adaptadas às características e necessidades locais. Além disso, criação de um fundo para financiar iniciativas e projetos que promovam a educação ambiental com foco em práticas sustentáveis.	5
Garantir recursos específicos (programas) para a execução de fóruns permanentes e conferências permanentes de educação ambiental formal e não formal com base nos ODS em vigência para realização de campanhas anuais de educação ambiental nas escolas e comunidades.	5